

Márcio Moreira Alves

■ DE BRASÍLIA



FHC A base política de FH

O núcleo de sustentação política do Governo Fernando Henrique será o que lhe serviu de apoio na campanha eleitoral: o PSDB, seu partido, e o PFL, aliado de primeira hora. Esse núcleo foi expandido, ainda na campanha, pela adesão de sócios menores: oficialmente, o PTB e, oficiosamente, parcelas do PMDB, com destaque para o do Rio Grande do Sul, cujos líderes rejeitaram de plano a candidatura de Orestes Quércia.

As eleições estão desenhando perfis diferentes para os dois sócios majoritários da coligação vencedora. O PSDB deverá ser, disparado, o parceiro administrativamente mais forte. Ficará responsável por São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, os três estados que, somados, representam mais de 70% da indústria, do comércio e do sistema financeiro, além de terem agroindústria poderosa.

Os candidatos favoritos perceberam rápido as vantagens que podem tirar de sua união e ontem, Mário Covas, Eduardo Azeredo e Marcello Alencar se encontraram em Itatiaia para traçarem projetos comuns. Tendo em vista a desastrosa situação em que se encontram os bancos estaduais do Rio e de São Paulo, pelo calote que levam do dinheiro emprestado a empresas dos seus governos, a colaboração dos dois governadores será essencial para o equilíbrio do conjunto do sistema financeiro, e, em consequência, para a continuidade do Plano Real. O Governo de Minas será importante para iniciativas na bacia do Paraíba do Sul e para a elaboração da política industrial e da política agrícola.

O poderio administrativo do PSDB não se projeta na sua representação parlamentar. Embora as suas representações congressuais tenham aumentado, continuam menores que as do PFL. Acresce não terem as lideranças sociais-democratas mostrado, ao longo da legislatura passada, especial talento para compor maiorias. José Serra, por três anos líder do partido na Câmara, é um dos parlamentares intelectualmente mais bem preparados. Por isso mesmo, bem como pela implacável frieza com que executa quem bloqueia o

seu caminho, criou muitas áreas de resistência. Arthur da Távola, seu substituto, é mais descansado e brando, mas não teve tempo de deixar a sua marca na liderança. Talvez o próximo líder seja mais habilidoso.

A posição do PFL é inversa à do PSDB. Quase não tem importância administrativa — só conseguirá o Governo da Bahia — mas tem uma singular importância congressional. Os seus senadores e deputados acumulam vasta experiência das manobras parlamentares e dos meandros da administração federal. Luís Eduardo Magalhães foi o único líder a conseguir mobilizar a quase totalidade da sua bancada para apoiar o Plano Real, colocando-a em plenário e fazendo-a votar unida. É, ao mesmo tempo, dialogante, sutil e duro. Antônio Carlos, seu pai, maneja na luta política um taca-pe de xavante. Luís Eduardo, florentino, prefere jogar na xícara de café dos desafetos o veneno escondido no oco do anel. Marco Maciel, líder no Senado até a posse, faz renda de bilro com pingos de água.

Em princípio, a complementariedade dos dois partidos tornaria ideal a colaboração entre ambos para dar ao Governo Fernando Henrique uma sólida base política. A fatal atração pelos cargos de comando, no entanto, está minando essa base. Os tucanos, já naturalmente mais arrogantes dada a origem intelectual da maioria de seus membros, estão cheios de empáfia com as vitórias majoritárias conseguidas. Deixando o certo pelo duvidoso, semeiam cascas de banana no caminho dos pefelistas e fazem um balé de sedução para os peemedebistas, como se uma aliança eliminasse a outra. Os petebistas que contam, organizados à volta de José Eduardo Vieira, já têm na agricultura o seu principal quinhão do bolo. Resta saber se José Eduardo conseguirá, como pretendia antes das eleições, desvencilhar-se da sua banda podre.

Ao que tudo indica, a montagem definitiva desse quebra-cabeças só adquirirá consistência se, no mínimo, Fernando Henrique meter fundo a sua colher de pau.